

PARECER Nº , DE 2023

Da MESA, sobre o Requerimento (RQS) nº 866, de 2023, do Senador Jaime Bagattoli, que *requer informações sobre atuação do MAPA frente à crise pecuária*.

Relator: Senador **CHICO RODRIGUES**

I – RELATÓRIO

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Senador Jaime Bagattoli, por meio do Requerimento (RQS) nº 866, de 2023, requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, informações sobre quais estratégias e articulações do Governo Federal para o enfrentamento da crise da Pecuária e da enorme disparidade do preço da arroba para aos produtores, em comparação aos valores da arroba exportadas pelas indústrias da carne no Brasil, com indícios, inclusive, de formação de cartel na compra do boi e suposta criação de oligopólio da indústria de proteína animal.

O autor requisita as seguintes informações:

- 1) Quais medidas estão sendo tomadas pelo MAPA para o enfrentamento da crise na pecuária?
- 2) Quantas unidades frigoríficas existem credenciadas para exportações de carne bovina no Brasil, por estado da federação e estão ligadas economicamente a quais grupos empresariais?
- 3) Quais grupos empresariais da proteína animal atualmente credenciados pelo MAPA para compra de bovinos para abate e exportações?

- 4) Quais medidas efetivas que o MAPA tem implementado para o combate de formação de cartel pelos grandes grupos empresariais contra os pequenos e médios produtores?
- 5) Relatório detalhado das exportações de proteína animal bovina, preços praticados pelos exportadores nos últimos 36 meses e quais grupos atuaram no mercado brasileiro.

Na justificação, o autor argumenta que nos últimos meses assiste-se a uma suposta atuação de cartel por oligopólios de grupos empresariais da indústria de processamento de proteína animal na hora da compra da produção de bovinos, subjugando os pequenos e médios produtores.

II – ANÁLISE

A Constituição Federal (CF) atribui à Mesa do Senado Federal, nos termos do § 2º do art. 50, a competência para o encaminhamento de pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, importando em crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

O Requerimento nº 866, de 2023, obedece às normas constitucionais e regimentais concernentes aos pedidos de informação a autoridades do Poder Executivo, bem como ao disposto no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que disciplina o tema.

Ao mesmo tempo, não se trata de informações de natureza sigilosa, o que exigiria rito de tramitação específico. Com efeito, em consonância com o art. 215, I, *a*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) o requerimento depende somente de decisão da Mesa.

Quanto ao mérito, a cotação da arroba à vista, no estado de São Paulo, conforme o Indicador do Boi Gordo CEPEA/B3, que chegou a R\$ 344 em março de 2022, apresentou trajetória decrescente, até atingir R\$ 212 de média, em setembro de 2023.

No sítio na Internet do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), Tribunal Administrativo vinculado ao Ministério da

Justiça e Segurança Pública, não há notícias recentes de julgamentos de práticas comerciais desleais do setor frigorífico.

Não obstante, o setor de bovinocultura de corte apresenta margens reduzidas, conforme argumentou em Nota Técnica nº 14, de 2023, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que solicitou, em setembro de 2023, ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), medidas emergenciais para amparar a produção nacional de leite e carne bovina. O conjunto de ações inclui iniciativas como a criação de linhas emergenciais de crédito rural e a prorrogação de operações de custeio e investimento para pecuaristas prejudicados pela baixa dos preços.

É visível o esforço do MAPA em ampliar o mercado externo para a carne bovina nacional, entretanto essa ampliação não se reflete, necessariamente, na melhor remuneração dos pecuaristas brasileiros, o que torna as informações requeridas no RQS nº 866, de 2023, relevantes para que o Parlamento possa bem avaliar a condução pelo Poder Executivo das políticas de apoio ao setor.

III – VOTO

Pelo exposto, somos pela *aprovação* do RQS nº 866, de 2023.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator